

ATA Nº 7/2016
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
(segunda sessão)

No vigésimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta e nove minutos, reuniu na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa o seu Conselho de Escola, em continuação da sessão do décimo nono dia do mês de outubro de dois mil e dezasseis.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente do Órgão), o Professor Doutor Miguel Teixeira Patrício, a Professora Doutora Ana Fouto, o Professor Doutor José Luís Ramos, o Professor Doutor Filipe Arede Nunes, a Professora Doutora Isabel Vieira Borges, a Professora Doutora Helena Morão e a Dra. Heloísa Oliveira; enquanto membros discentes, os estudantes André Oliveira Carrilho, Jacinta Órfão, Diogo Fernandes, Amadú Dafé e Sara Aguiar; enquanto membro não docente a Sra. D. Helena Faria; estiveram ainda presentes, sem direito de voto, o Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa, Professor Doutor Pedro Romano Martinez; a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno, a Subdiretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, o Subdiretor, Professor Doutor Luís Pereira Coutinho e o Vice-Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Bruno Vieira.

Dando seguimento à ordem de trabalhos nos seguintes pontos:

5. Relatório da Auditoria;
6. Resultados do concurso de acesso;
7. Novos mestrados e doutoramentos;
8. Questões relacionadas com o início do ano letivo 2016/2017;
9. Centro de Arbitragem;
10. GCJ;
11. Condições de exercício do serviço docente;
12. Concursos para Pessoal não Docente.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva deu início à reunião e deu a palavra à Dra. Heloísa Oliveira, que saudou todos os presentes e alertou para o facto de não ter havido maioria absoluta para aprovação do Orçamento. Logo, de acordo com o Art. 32º, nº 2, do Código do Procedimento Administrativo, só numa segunda votação é que o Orçamento poderá ser aprovado por maioria simples.

O Presidente sugeriu o agendamento para uma sessão posterior com ponto único de votação do Orçamento.

5. Auditoria

O Presidente do Órgão deu a palavra ao Diretor da Faculdade.

O Diretor tomou a palavra e deu conta do resultado preliminar da auditoria, mostrando-se disponível e recetivo a sugestões de forma a poder introduzir melhorias.

O Professor Doutor José Luís Ramos tomou a palavra e cumprimentou o Diretor quanto ao facto de se ter realizado a auditoria. Porém, discordou do *timing* da auditoria, sendo que surge depois da votação das contas. Apontou lapsos quanto à redação, desconhecimento de regras quanto à contratação, entre outros aspetos. O Professor não percebe como é possível ainda tratar-se de um relatório preliminar passados dois anos sobre os factos em análise. Demonstrou espanto quando ao facto de a mesma auditoria só poder ser utilizada pela Faculdade, questionando se a Reitoria não poderia ter conhecimento do texto da mesma. Apontou ainda imprecisões, enganos e imperfeições e falhas de grande gravidade nos mapas de *excel*.

A Subdiretora cumprimentou todos os presentes e deu conta que foram contactadas três empresas para realizar a auditoria, sendo que a empresa escolhida já tinha feito auditorias no âmbito da Universidade de Lisboa. A auditoria respeita aos anos de 2014 e 2015. Corroborou as afirmações do Professor Doutor José Luís Ramos, mas chamou a atenção para o facto de as contas de 2015 terem sido fechadas mais tarde. Esclareceu que está proibida a utilização por terceiros, o que naturalmente não significa que a Faculdade não a poderá utilizar. Já está marcada uma reunião com a empresa, de forma a perceber as situações nas quais foram suscitadas questões de irregularidade. Trata-se de um relatório preliminar, que sirvará de base a apurar os assuntos de maneira mais concreta. Há, também, que acautelar o bom nome dos serviços da Faculdade. Referiu ainda que o Tribunal Administrativo, em sentença ainda não transitada em julgado,

secundou a posição da Direção da Faculdade, de cessação de um procedimento concursal. O relatório chama atenção para as situações graves, concretamente na página 17.

O Professor Doutor José Luís Ramos interveio novamente e interpelou a Subdiretora, quanto ao fecho das contas de 2015. Deveria ser dado a conhecer a decisão do Tribunal Administrativo. Se há críticas a fazer aos serviços da Faculdade, as mesmas devem ser feitas em local próprio, o Conselho de Escola, não se pondo em causa o bom nome dos serviços.

A Professora Doutora Paula Vaz Freire referiu que se está a lidar com assuntos de melindre e que a empresa responsável pela auditoria irá ser confrontada de forma a poder explicar as situações descritas.

A Dra. Heloísa Oliveira tomou a palavra, afirmando que o exercício da auditoria é algo positivo. A transparência é o melhor caminho para melhorar o procedimento da Faculdade. Têm sido anos de melhoria em termos de transparência e legalidade financeira. Cumprimentou a atual Direção pela realização da auditoria. A Dra. Heloísa Oliveira referiu que a auditoria serve para melhorar procedimentos e não como “arma de arremesso”. Deve ser entendida como um mecanismo de autocritica da Faculdade para melhoria de procedimentos.

O Professor Doutor José Luís Ramos tomou a palavra e afirmou que a auditoria levantou problemas da gestão anterior. O resultado desta auditoria, apesar de imperfeições e lacunas, deve ter consequências internas. Deve ser tomada uma medida rápida quanto à área financeira, pois não pode haver despesas sem cabimento. Questionou ainda quais as medidas que a Direção deve tomar quanto às situações descritas na auditoria.

A Diretora Executiva cumprimentou todos os presentes e interveio no sentido de afirmar a sua total confiança em relação ao funcionamento da divisão financeira. Elogiou em particular o atual trabalho e o rigor registado ao nível dos vários procedimentos, e que a auditoria está a contribuir para um melhoramento.

O Diretor afirmou que a auditoria tem um efeito meramente interno, de forma a resolver os problemas suscitados, melhorando os procedimentos. Relativamente à anulação do concurso, o mesmo foi alvo de apreciação pelo Tribunal Administrativo, que corroborou a posição da Faculdade. Quanto à auditoria, disse que será necessário apurar quais os procedimentos a tomar de forma a melhorar os serviços financeiros.

A Professora Doutora Paula Vaz Freire associou-se às palavras da Professora Doutora Cláudia Madaleno, afirmando também a sua confiança no atual funcionamento da divisão financeira e no desempenho dos seus funcionários.

A Professora Doutora Isabel Vieira Borges cumprimentou todos os presentes e registou como positiva a realização da auditoria à Faculdade, de forma a melhorar os procedimentos dos serviços. Realçou a necessidade de se fazer um confronto com o detalhe e o geral do resultado da auditoria. A Professora congratulou a Direção pela sua vontade em implementar as medidas sugeridas pela auditoria. Posição crítica e de transparência da Faculdade que se deve impor.

A Dra. Heloísa Oliveira afirmou que tem uma visão realista do trabalho realizado pelos serviços financeiros. É necessário corrigir o que é apontado como errado pela auditoria mas os serviços não andam a viver na ilegalidade. Congratulou a realização da auditoria e que os reparos sejam feitos quando a auditoria tenha um resultado final.

O Professor Doutor José Luís Ramos realçou que há muitos aspetos positivos na Faculdade, mas existem falhas e os procedimentos terão de ser melhorados. O Professor suscitou a necessidade de corrigir os erros existentes, assim como a melhoria de funcionamento da área financeira. Apesar de ser uma auditoria lacunar, existem situações que devem ser corrigidas.

O Diretor tomou a palavra e afirmou a sua confiança na divisão financeira da Faculdade. O relatório não determinou nenhuma situação concreta em que tenha havido uma atuação incorreta.

O Subdiretor saudou todos os presentes na reunião e interveio no sentido de afirmar o seu incómodo devido a não terem sido apurados resultados quanto a quaisquer atuações concretas. Reafirmou o trabalho irrepreensível desempenhado pela área financeira.

O Professor José Luís Ramos discordou desta alegação porque, em sua opinião, o trabalho da direção financeira é tudo menos irrepreensível. Aliás, como disse antes e agora reitera, entende ser uma área em que muito há a mudar. Acrescentando, aliás, a sua discordância quanto à promoção recentemente efetuada.

O Presidente do Órgão encerrou a discussão, dando conta da vontade da Direção de tomar medidas de forma a corrigir as situações apuradas na auditoria. Não deve ser apurada responsabilização subjetiva, pois a auditoria não responsabiliza ninguém em nome individual.

Pontos 6, 7 e 8

O Diretor tomou a palavra para dar conhecimento aos conselheiros acerca do ingresso na Faculdade. Houve preenchimento total das vagas, sendo de realçar as notas elevadas com que alguns alunos entraram, registando-se a melhor média de entrada em comparação com outras faculdades. Referiu as dificuldades decorrentes da existência de dois cursos de Direito. A Direção analisou o pedido dos representantes dos estudantes e considerou que os alunos que necessitem de fazer apenas uma cadeira para terminar a licenciatura, devem ter a possibilidade de a fazer ainda no primeiro semestre. O Diretor congratulou-se pela procura da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sendo a instituição que recolhe maior interesse por parte dos estudantes. Quanto aos mestrados e doutoramentos, o número de alunos aumentou significativamente no cômputo global em relação ao ano passado. Houve uma preocupação dos alunos na escolha de áreas clássicas em detrimento da inovação, tendo ocorrido que em algumas áreas não houve nenhuma procura, questionando-se a sua subsistência. Registou-se uma redução do número de alunos brasileiros e angolanos. As dificuldades económicas nos dois países poderão ter contribuído para esta situação, contudo, é necessário averiguar esta diminuição. O Diretor referiu ainda a necessidade de uma explicação quanto às questões relacionadas com o início do ano letivo 2016/2017, nomeadamente as inscrições. Isto deveu-se à mudança de sistema informático para o Fénix, tratando-se de uma medida implementada no âmbito da Universidade de Lisboa, de forma a existir uma uniformização nas várias Escolas. O compromisso por parte da FDUL foi dado ao Reitor pela anterior Direção. Se a Faculdade de Direito não implementasse este sistema informático, teria de suportar custos que rondariam os 250.000€ a 350.000€. Os técnicos do Fénix depararam-se com a grande complexidade do método de avaliação, daí as dificuldades em colocar o sistema em funcionamento, por exemplo a distribuição de alunos por subturma em função do método de avaliação. O Diretor louvou o trabalho da Divisão Académica, dos funcionários em geral e, em especial, da D. Dália Marinho e do Dr. Bertolino Campaniço. Na Faculdade de Direito existe grande dificuldade na implementação do Fénix e tem havido reuniões com o Reitor e responsáveis da empresa. O Diretor antevê que não serão fáceis os tempos que aí vêm, devido à complexidade do nosso sistema de avaliação e da adaptação do Fénix à realidade da nossa Faculdade. São

aspectos difíceis de solucionar, salientando que o Fénix foi implementado na Faculdade sem ter havido qualquer tipo de formação aos funcionários.

O Diretor informou também a alteração que se aproxima relativamente à área financeira e de recursos humanos, estando prevista a instalação da plataforma SAP, mas neste caso os funcionários estão a ter formação e será implementada apenas em janeiro de 2017.

O estudante André Carrilho regozijou-se pela ponderação e esforço por parte da Direção quanto à possibilidade de os alunos que têm uma cadeira em atraso ainda o poderem fazer no primeiro semestre.

A Professora Doutora Helena Morão mostrou-se satisfeita com algumas das funcionalidades que o Fénix afinal permite. Contudo, apontou as seguintes falhas. Os horários dos docentes estão muito piores, tendo sido ignorada a regra de concentração de aulas no menor número de dias, de forma a otimizar as condições de investigação e, em geral, as atividades não letivas dos docentes. Nos anos anteriores, tinha sido habitual a participação da Professora Inês Ferreira Leite na elaboração dos horários, o que garantiu a adequação possível dos horários à distribuição do serviço docente, colaboração que este ano se rejeitou, tendo sido os horários feitos à revelia das necessidades docentes e constando-se que muitos dos docentes se deslocam todos os dias à Faculdade para dar uma única aula, o que nos anos anteriores apenas sucedia em casos residuais. Nas primeiras semanas de aulas realizaram-se frequentemente concertos e festas durante o horário de aulas, tornando impossível que docentes e alunos se conseguissem fazer ouvir durante as aulas e obrigando a mudança de salas a meio dessas aulas. Além disso, verificaram-se diversas sobreposições de horários de aulas teóricas e práticas nas mesmas salas, situações que muitas vezes só foram resolvidas por iniciativa dos próprios docentes, não obstante terem sido comunicadas anteriormente à divisão académica. O mapa de frequências não foi publicado até à data, inviabilizando a planificação atempada das aulas teóricas e a adaptação dos programas das disciplinas ao número efetivo de aulas. Referiu ainda que tem uma turma de mestrado à noite com 72 alunos e que, segundo informação da divisão académica, continuam a ser autorizadas inscrições adicionais de alunos com essa cadeira em atraso na mesma turma, quando a turma de dia tem cerca de metade dos alunos. Perguntou, por fim, se já tinha sido concretizada alguma iniciativa no que diz respeito ao inquérito aos alunos do 4.º ano sugerido em reunião anterior, a realizar pela Direção em

colaboração com a AAFDL, sobre perspectivas de ingresso nos mestrados da Faculdade, ou à recolha de elementos tendentes a identificar os perfis de alunos que se inscreveram este ano nos mestrados da Faculdade, também sugerida em reunião anterior do Conselho.

O Subdiretor interveio e lamentou a ocorrência do episódio em que estava a decorrer um concerto em horas de aulas e que o mesmo não foi autorizado pela Direção. Realçou as dificuldades em relação à implementação do Fénix e os constrangimentos que tem trazido para o normal funcionamento da Faculdade.

O Vice-Presidente Bruno Vieira tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e pediu desculpa pelas montagens das festas. Deu conhecimento da situação de alunos de outras faculdades virem para a nossa faculdade fazer barulho, o que perturba o bom e normal funcionamento das aulas. Quanto aos resultados do concurso de acesso, registaram-se entradas de alunos com médias altas. Contudo, cerca de uma centena de alunos não se inscreveram, podendo ter como razões a falta de média de forma a poderem candidatar-se a outras faculdades na 2ª fase. Realçou a importante reforma feita nos mestrados, no entanto o caminho é longo e deverá haver mais aposta no marketing e na divulgação dos mestrados. As inscrições do 1º ano correram muito bem. Secundou ainda as palavras proferidas pelo Diretor quanto às adaptações que têm de ser feitas quanto à implementação desta nova plataforma. Realçou ainda o facto de a constituição das subturmas ultrapassar o número de alunos normalmente estabelecido.

A Diretora Executiva tomou a palavra e esclareceu que 47% das subturmas têm 30 alunos ou menos, aludindo ao facto de haver um terço das subturmas com mais de 35 alunos. A situação de sobrelotação das subturmas decorre da falta de docentes e/ou à escolha de disciplinas optativas.

O Presidente do Órgão também referiu que existem problemas de funcionamento dos horários e salas e a necessidade de estabelecer bem o horário das festas da AAFDL.

O Professor Doutor Filipe Arede Nunes tomou a palavra e referiu que há aulas práticas em dois dias seguidos. Não é aceitável ter subturmas com mais 40 alunos e mesmo mais de 30 alunos, ainda para mais tendo havido contratação de docentes. A publicitação dos mestrados e doutoramentos tem de ser feita mais cedo. Este sistema Fénix é um problema para a nossa Faculdade, devido às dificuldades que o mesmo apresenta.

Referiu a situação dramática das inscrições em todos os ciclos. Sugeriu que se



averiguasse quais as justificações para a existência de dois cursos na nossa Faculdade e se é possível optar só por um curso. Criticou a limitação dos *numerus clausus*. É preciso haver flexibilidade de forma a adaptar a realidade aos números.

A Dra. Heloísa Oliveira referiu que todos estavam à espera de dificuldades na implementação deste novo sistema Fénix, mas não se aceita que o facto de o sistema ser novo sirva para desculpar todos os problemas existentes. Referiu ainda que todas as Faculdades têm especificidades, como é o caso de Letras com mais de uma dezena de cursos só de licenciatura, onde não há registo de tal caos. A própria Faculdade tinha mudado para o sistema Digitalis há poucos anos e não se tinha registado este caos generalizado. Realçou que havia vários problemas que não tinha qualquer relação com o Fénix, como a falta de resposta a requerimentos, filas enormes na secretaria para atendimento presencial, falta de resposta aos docentes, um mau funcionamento estrutural. Não existe sequer nenhuma publicação com a distribuição do serviço docente na Faculdade. A conclusão final era de que os problemas eram resolvidos, mas sempre como atraso, o que demonstra falta de preparação atempada do início do ano letivo.

O estudante André Carrilho alertou a Direção para o facto de haver requerimentos para inclusão em método A ainda pendentes. Assinalou ainda uma certa desorganização na abertura do ano letivo nos mestrados, relatando ter tido algumas controvérsias na abertura e posterior fecho do mestrado que frequenta. Referiu, também, que a publicitação e abertura do concurso para os cursos de mestrado foram tardias. Foi ainda perguntada a relevância que a figura do Provedor do Estudante pode ter, ou está a ter, na gestão dos percalços do início do ano letivo.

A Diretora Executiva referiu que quanto à inscrição das subturmas, foi dito à empresa responsável pelo Fénix que teria de ser feito com base nas disciplinas optativas mas, ainda assim, no início de setembro, a funcionalidade não estava disponível. As filas longas que se presenciaram na Secretaria existiram, mas deviam-se a situações que só poderiam ser solucionadas presencialmente, devidos a erros nas inscrições causados pelo Fénix. A figura do Provedor do Estudante irá ainda ser regulamentada em sede de Conselho Académico.

O Diretor afirmou que a distribuição do serviço docente ainda não foi decidida em Conselho Científico, faltando a aprovação da versão final. Quanto aos mestrados foi difícil divulgá-los atempadamente devido à respetiva reestruturação.

Devido ao Presidente ter de lecionar as suas aulas, deu por terminada a reunião, pelas 17 horas e 20 minutos.

O Presidente do Conselho de Escola



(Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)

Os Secretários do Conselho de Escola

(Diogo Fernandes)



(Lic. Rosa Guerreiro)

